

Resolução da Mesa Nacional

17 Julho 2021

1. Proteger o país do abuso do sistema financeiro

As últimas semanas ficaram marcadas pelas detenções no âmbito de processos judiciais sobre os grandes devedores da banca e que envolvem, entre outros, Joe Berardo e Luís Filipe Vieira. O Bloco de Esquerda orgulha-se da sua intervenção nas comissões de inquérito da Caixa Geral de Depósitos e Novo Banco e do contributo para a investigação e denúncia pública dos esquemas financeiros que, diretamente ou através do Fundo de Resolução, lesaram o Estado português e as contas públicas. E regista a ausência de intervenção de uma direita ruidosa que, sempre preparada para atacar os mais fracos, se escuda num silêncio cúmplice do abuso do poder financeiro.

Ao longo dos últimos anos, a banca portuguesa transferiu a propriedade de carteiras de ativos, na sua maioria créditos, de largos milhares de milhões de euros. Os compradores são fundos internacionais que fogem a qualquer escrutínio relativamente à sua natureza ou atividade. A Comissão de Inquérito ao Novo Banco levantou o véu sobre este "mercado do malparado", indústria que envolve a aquisição a desconto de dívidas avultadas, que são depois revendidas sem que saiba a quem ou em que condições. Se, para grandes devedores, esta lucrativa intermediação oferece uma oportunidade de readquirirem as suas dívidas, garantias e avals, para os pequenos, a venda dos seus créditos pode significar um inferno de assédio e irregularidades na cobrança das dívidas. Em ambos os casos estas práticas têm que ser escrutinadas e reguladas.

Sucessivas comissões de inquérito têm mostrado a fragilidade do sistema financeiro e do modelo económico português, controlado por uma elite construída que se considera intocável. A decadência desse modelo expôs as suas práticas, dos créditos especulativos para a compra de ações às reestruturações de favor, mas também as suas consequências. Às perdas nos balanços dos bancos somam-se os despojos de uma década perdida, em que os níveis de endividamento aumentaram sem uma contrapartida no desenvolvimento produtivo do país. É hoje claro que a transformação de um modelo económico que alia a financeirização às desigualdades e à destruição ambiental numa economia com uma nova orientação de política industrial, que crie emprego e seja capaz da conversão energética, precisa de instrumentos financeiros democraticamente controlados e geridos. Para isso, a propriedade pública é condição essencial, mas não suficiente. Ao controlo acionista dos bancos devem corresponder uma política de controlos de crédito integrada numa estratégia económica clara e escrutinável, mas também uma gestão profissional, limpa e transparente.

O Bloco de Esquerda reafirma o seu compromisso com o controlo público da banca e a luta contra o abuso do sistema financeiro e bater-se-á por regras de transparência, de limitação à atividade dos fundos abutres, de controlo do crédito e da responsabilização dos administradores e grandes acionistas da banca.

2. Quem tem lucros não pode despedir

A par das investigações judiciais, as últimas semanas revelaram ainda uma vaga de despedimentos que é comum a instituições do sistema financeiro e outras grandes empresas. A Altice iniciou já um processo que levará ao despedimento de 300 trabalhadores, o Santander procura suprimir cerca de 700 postos de trabalho, o BCP ameaça despedir cerca de 1000 trabalhadores.

Estas empresas mantiveram os seus lucros e a única justificação para estes despedimentos é a intenção de, durante a pandemia e a pretexto desta, operar uma reconfiguração laboral que imponha o abaixamento dos salários e agrave a precarização do trabalho. O despedimento destes milhares de trabalhadores permite a estas empresas substituí-los por trabalhadores precários, muitas vezes em outsourcing, e que não estão abrangidos por acordos de empresa, pela contratação coletiva ou por regras de progressão na carreira.

Esta estratégia de precarização e embaratecimento dos custos de trabalho é facilitada pelas regras laborais impostas pela troika e mantidas pelo governo do Partido Socialista, as quais tornaram os despedimentos mais baratos e mais fáceis e impedem mesmo os trabalhadores de, uma vez recebida a compensação, exercerem o direito legal de contestarem um despedimento ilícito. A primeira lição da pandemia é que os precários, sendo os mais vulneráveis à crise, foram os primeiros a ser despedidos. Seria um profundo erro que, precisamente a pretexto da pandemia, a precariedade se transformasse no “novo normal”.

A intenção de despedimento destes milhares de trabalhadores mostra a urgência de alterar as leis do trabalho e, em lugar de facilitar o despedimento, colocar o investimento ao serviço da criação de emprego. Só assim podemos vencer a crise.

O Bloco de Esquerda condena estes processos de despedimento operados por grandes empresas e, reiterando a urgência da revisão da legislação laboral, bater-se-á pela proibição dos despedimentos nas empresas com lucros durante a pandemia.

3. Mudar as prioridades para vencer a crise

As notícias do aumento do número de utentes sem médico de família (mais de um milhão de pessoas), da incapacidade das equipas de saúde pública para rastrear todos os infetados (25% não chegam sequer a ser contactados) ou a diminuição do número de médicos no SNS assim que o Estado de Emergência acabou, e com ele a proibição dos profissionais do SNS se despedirem (saíram 115 médicos especialistas só em maio e 600 profissionais entre março e maio), demonstram a incapacidade do Orçamento do Estado para 2021 para responder às necessidades do Serviço Nacional de Saúde. A urgência é agora a recuperação do SNS que exigirá, a par da regulamentação da Lei de Bases da Saúde e da criação do novo Estatuto do SNS, a vinculação dos precários, a valorização das carreiras, a criação de regime de exclusividade e o investimento forte em áreas como a saúde pública e a saúde mental.

Também nos apoios sociais, os milhares de trabalhadores a recibo verde e trabalhadores informais sem qualquer apoio e o fim de inúmeras prestações sociais em plenas vagas pandémicas (incluindo trabalhadores que perderam subsídio social de desemprego em janeiro e voltam a perder em julho), ficou demonstrada a falência do Orçamento do Estado para responder à crise social que atravessamos. A decisão do Tribunal Constitucional, que considerou inconstitucional o alargamento dos apoios sociais que o parlamento fez por proposta do Bloco, mas considera constitucionais os apoios e garante a proteção dos apoios já pagos, assim como a decisão do governo de manter estes apoios, ultrapassando a declaração de inconstitucionalidade, prova a justeza da proposta do Bloco mas também o nível de desproteção social da população afetada pela crise pandémica. A criação de uma nova prestação social abrangente, que garanta que ninguém fica abaixo do limiar da pobreza e o reforço do subsídio de desemprego, repondo duração e montantes em vigor antes dos cortes realizados sob a troika, serão fundamentais para a combater o agudizar da pobreza e recuperar o país.

O Governo apostou numa gestão de curto prazo para controlo da despesa no período pandémico. O resultado foi o inverso, com a falta de meios para controlar a pandemia, a criação de uma miríade de medidas avulsas incapazes de responder à crise e empresas e famílias empurradas para moratórias bancárias e mais endividamento. O Bloco de Esquerda insistirá na prioridade à saúde, trabalho e apoio social nas negociações do Orçamento do Estado para 2022.

5. Recusar o regresso à austeridade dos tratados europeus

A presidência portuguesa da União Europeia usou a neutralidade como biombo para a inação. Uma opção expressamente afirmada face aos atropelos aos direitos humanos na Hungria e facilmente observável quanto aos tratados e compromissos europeus. Da cimeira social não resultou qualquer meta ou instrumento concreto para o combate à pobreza e às desigualdades, nenhum avanço na resposta à emergência climática ou à completa capitulação face ao semestre europeu e ao tratado orçamental. Os tratados suspensos não foram alterados e serão medida do acesso ao Programa de Recuperação e Resiliência.

O governo português, no PRR que apresentou (para um pacote financeiro de 16,6 mil milhões até 2026), antecipou a exigência de austeridade e “reformas estruturais”. Por um lado, grande parte dos investimentos prometidos não passam de reprogramação de investimento público já previsto e que transitam para este programa, mantendo o investimento público em níveis historicamente baixos. Por outro lado, nada garante o reforço dos serviços públicos ou a valorização dos salários; os prometidos investimentos em equipamentos no SNS, sem se considerar a necessidade de profissionais para o seu funcionamento, sinalizam um caminho de investimento público para entrega futura a privados.

Simultaneamente, na programação das verbas da Política Agrícola Comum (um pacote financeiro de 10 mil milhões de euros até 2027), o Governo manipula as linhas de apoio para garantir a manutenção de rendas históricas aos grandes latifundiários do sul em

detrimento do investimento em desenvolvimento rural, da transformação da paisagem e consequente prevenção de incêndios, insistindo num modelo irresponsável do ponto de vista climático e económico e que agrava as assimetrias regionais e sociais.

O Bloco de Esquerda recusa a imposição de medidas de fragilização do trabalho e do Estado Social como contrapartida ao PRR e combate a lógica rentista da PAC. Só há resposta à crise com reforço claro do investimento público e esse investimento - nacional e europeu - deve servir a criação de emprego, o combate às desigualdades sociais e territoriais e a resposta à emergência climática.

4. O Bloco intensifica a intervenção

À apresentação de mais de 120 candidaturas autárquicas, algumas das quais em concelhos em que o Bloco não tinha até agora concorrido, corresponde um esforço de mobilização de todo o partido. A participação de dirigentes, deputados e aderentes em iniciativas por todo o país animará uma campanha de proximidade e luta. A par das eleições autárquicas, cujas tarefas mobilizam todos os órgãos e aderentes, o Bloco de Esquerda assume uma agenda de atividade e ação para os próximos dois meses.

O Bloco manterá atividade em Agosto, retomando cinco comícios de Verão (Portimão, Quarteira, Monte Gordo, Guarda e Régua) na última quinzena do mês. Estas iniciativas servirão para afirmar a proposta que o Bloco apresenta ao país. Da mesma forma, o Fórum Socialismo 2021 terá lugar nos dias 28 de Agosto (Braga) e 29 de Agosto (Almada), mantendo o formato de mais de 30 painéis simultâneos dedicados ao debates das ideias e alternativas, alargando a participação numa iniciativa de entrada livre e que contará com dezenas de convidados e oradores.

Por motivos de segurança sanitária, os jovens do Bloco não organizam em 2021 o acampamento Liberdade. Haverá duas iniciativas descentralizadas (a norte e a sul) dedicadas ao debate e à receção de novos aderentes do Bloco. Em setembro, terá lugar a Conferência Nacional de Jovens do Bloco de Esquerda, que aprovará um documento de orientação para a ação em escolas e faculdades e elegerá a nova Coordenadora Nacional de Jovens.